



MUNICÍPIO DE MURIAÉ

GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº _____/2025

Dispõe sobre a criação da Gratificação de Produtividade Fiscal em Vigilância Sanitária, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Muriaé:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criada, na estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Saúde de Muriaé, Gratificação De Produtividade Fiscal em Vigilância Sanitária pelo desempenho da atividade de fiscalização, compreendendo ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde.

Art. 2º. Farão jus à gratificação os servidores efetivos ocupantes do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária das categorias de nível médio ou profissionais de nível superior, nomeados através de portaria própria da Secretaria Municipal de Saúde para exercerem a função de Autoridade Sanitária junto ao Setor de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde de Muriaé/MG.

Parágrafo único. Os servidores mencionados no *caput* deste artigo, a qualquer título, quando colocados à disposição ou lotados em outros órgãos da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, Fundações, Autarquias ou ainda junto aos Poderes Legislativo ou Judiciário, não farão jus à percepção da Gratificação de Produtividade Fiscal em Vigilância Sanitária.

Art. 3º. A presente gratificação corresponde ao valor máximo de R\$500,00 (quinhentos reais) a ser repassado ao servidor conforme a pontuação atingida no mês anterior.

Parágrafo único. O valor previsto nesta gratificação será reajustado, conforme os índices do reajuste anual da Prefeitura Municipal de Muriaé.

Art. 4º. O valor da Gratificação de Produtividade Fiscal em Vigilância Sanitária para os profissionais de nível superior será estabelecido de acordo com a pontuação atingida por cada servidor, fixada de acordo com a pontuação mensal atingida por cada servidor:

I - 60% (sessenta por cento) do valor da gratificação será devida aos servidores que atingirem de 300 (trezentos) pontos à 399 (trezentos e noventa e nove) pontos;

II - 80% (oitenta por cento) do valor da gratificação será devida aos servidores que atingirem de 400 (quatrocentos) pontos à 499 (quatrocentos e noventa e nove) pontos; e

III - 100% (cem por cento) do valor da gratificação será devida aos servidores que atingirem de 500 (quinhentos) pontos ou mais.

Parágrafo único. Os profissionais de nível superior que não atingirem a pontuação mínima de 300 (trezentos) pontos não farão jus a gratificação de produtividade.



MUNICÍPIO DE MURIAÉ

GABINETE DO PREFEITO

Art. 5º. O valor da Gratificação de Produtividade Fiscal em Vigilância Sanitária para os profissionais de nível médio será estabelecido de acordo com a pontuação atingida por cada servidor, fixada de acordo com a pontuação mensal atingida por cada servidor:

I - 60% (sessenta por cento) do valor da gratificação será devida aos servidores que atingirem de 600 (seiscentos) pontos à 799 (setecentos e noventa e nove) pontos;

II - 80% (oitenta por cento) do valor da gratificação será devida aos servidores que atingirem de 800 (oitocentos) pontos à 999 (novecentos e noventa e nove) pontos;

III - 100% (cem por cento) do valor da gratificação será devida aos servidores que atingirem de 1000 (mil) pontos ou mais.

Parágrafo único. Os profissionais de nível médio que não atingirem a pontuação mínima de 600 (seiscentos) pontos não farão jus a gratificação de produtividade.

Art. 6º. A tabela de Atribuições e Pontuação será publicada em ato próprio e atualizada sempre que necessário, para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em Lei.

Art. 7º. A recusa do Fiscal de Vigilância Sanitária e Autoridade Sanitária ao cumprimento de tarefas designadas pelo superior hierárquico através de ordem de serviço, a menos que justificada e aceita, implicará na perda total da Gratificação de Produtividade Fiscal.

Art. 8º. As gratificações devidas aos servidores, no exercício de suas atribuições internas e externas, serão somadas e percebidas individualmente, de acordo com a pontuação de cada ação, exceto nos casos de serviços fiscais desenvolvidos em conjunto, por determinação do superior hierárquico, onde os pontos serão atribuídos a cada um dos participantes da equipe, igualmente.

Art. 9º. Farão jus à gratificação prevista nesta normativa apenas os servidores que estiverem em pleno exercício de suas funções ou atividades no Setor da Vigilância Sanitária e que tenham alcançado a pontuação mínima estabelecida.

Art. 10. A gratificação instituída nesta Lei se constitui em parcela autônoma e não integrarão a base de cálculo de contribuição previdenciária e, por seu caráter *pro labe faciendo* não serão incorporadas aos provimentos de inatividade, nem devidas à inativos, pensionistas ou aposentados.

Art. 11. A gratificação, de que trata a presente lei tem natureza jurídica estritamente indenizatória, não sendo computada para efeito de cálculo de outros adicionais ou vantagens e, em nenhuma hipótese será incorporada aos vencimentos dos Servidores ou Profissionais beneficiados.

Art. 12. A comprovação da produtividade pelos Fiscais de Vigilância Sanitária ou Autoridade Sanitária será efetuada através de relatório mensal, que deve ser apresentado ao superior hierárquico até o segundo dia útil do mês subsequente, contendo:

I - Uma via do Relatório Mensal Individual;



MUNICÍPIO DE MURIAÉ

GABINETE DO PREFEITO

II - Uma via do documento que comprove a atribuição realizada para atingir a pontuação mensal.

Art. 13. O servidor que, direta ou indiretamente, concorrer para a percepção indevida da Gratificação de Produtividade Fiscal em Vigilância Sanitária, com dolo, responderá administrativamente, civil e penalmente pelo ilícito, sendo instaurado o competente processo administrativo.

Art. 14. Os casos omissos serão resolvidos pelo Chefe do Setor da Vigilância Sanitária, que poderá constituir comissão própria ou convocar servidores da Secretaria Municipal de Saúde para efetuar discussões que o auxiliem na tomada de decisões necessárias.

Art. 15. Serão utilizados para o pagamento da Gratificação de Produtividade Fiscal em Vigilância Sanitária, os recursos decorrentes das taxas de arrecadação da Vigilância Sanitária de acordo com o Código Municipal de Vigilância Sanitária - Lei n.º 2.183/97, dos recursos advindos do Ministério da Saúde, e ainda, caso necessário, da contrapartida da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 16. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Muriaé/MG, 09 de dezembro de 2025.

MARCOS
GUARINO
DE
OLIVEIRA:2
8285182649

Assinado digitalmente por MARCOS
GUARINO DE OLIVEIRA:28285182649
ND: C=BR, O=MCP-Brazil, OU=
20302311000112, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=
RFB-eCPF-AS, OU=(EM BRANCO),
OU=presencial, CN=MARCOS
GUARINO DE OLIVEIRA:28285182649
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.12.09 17:38:12-03'00"
Foxit PDF Reader Versão: 2024.3.0

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Muriaé



MUNICÍPIO DE MURIAÉ

GABINETE DO PREFEITO

Muriaé/MG, 09 de dezembro de 2025.

*Senhor Presidente,
Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras,*

Saudações. É com imensa satisfação, nos termos das disposições legais vigentes e com fulcro no Art. 80 da Lei Orgânica do Município de Muriaé, que encaminho o presente Projeto de Lei a esta Augusta Casa Legislativa para que seja apreciado, discutido e votado, em caráter de urgência, com a seguinte:

JUSTIFICATIVA

Trata-se de Projeto de Lei que institui e autoriza o Poder Executivo Municipal, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, a realizar o pagamento de gratificação aos servidores da Vigilância Sanitária referente à produtividade fiscal.

A medida justifica-se porque, após o Município de Muriaé alcançar capacidade plena de gestão dos serviços de saúde de média e alta complexidade, diversas atividades antes executadas pela Vigilância Sanitária Estadual foram descentralizadas para o âmbito municipal. Esse processo ampliou de forma significativa as demandas de fiscalização, monitoramento e inspeção sanitária sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde.

Com a assunção dessas novas competências, o Município passou a responder diretamente pelo cumprimento de metas e indicadores sanitários pactuados com o Estado e com o Ministério da Saúde, abrangendo ações contínuas de inspeção, monitoramento, análise de risco, investigação sanitária e acompanhamento de estabelecimentos e serviços de saúde, cuja adequada execução é indispensável para manutenção do status de gestão plena.

Assim, a criação da Gratificação de Produtividade Fiscal constitui instrumento legítimo para estimular o desempenho, fortalecer a capacidade de resposta do setor e assegurar a manutenção dos padrões sanitários exigidos pelos órgãos de controle e pelas políticas de saúde.

Ante o exposto e feito os devidos esclarecimentos necessários à análise do Poder Legislativo, e na certeza de contarmos com a costumeira atenção do ilustre Presidente, renovo meus protestos e elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

**MARCOS
GUARINO DE
OLIVEIRA:28
285182649**

Assinado digitalmente por MARCOS
GUARINO DE OLIVEIRA:28285182649
ID: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=
20302311000112, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=
RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO),
OU=presencial, CN=MARCOS
GUARINO DE OLIVEIRA:28285182649
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.12.09 17:38:25 -03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.3.0

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal de Muriaé

Exmo. Sr.
ELVANDRO MACIEL DA SILVA
DD. Presidente da Câmara Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ

Av. Maestro Sansão, 236 – Centro – Muriaé – MG – CEP: 36.880-000

Tel. (32) 3696-3331 e 3696-3317

CNPJ – 17.947.581/0001-76

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA

(Cumprimento dos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000)

Eu, LUIZA AGOSTINI DE ANDRADE, na qualidade de Secretária Municipal de Saúde de Muriaé e Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde, no uso de minhas atribuições legais e em conformidade com as exigências estabelecidas pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), firmo a presente Declaração.

Atesto que a fonte de custeio está assegurada, considerando o histórico de repasses e a previsão de arrecadação das taxas de Vigilância Sanitária, conforme delineado no artigo 15 da minuta do Projeto de Lei, garantindo a sustentabilidade financeira da gratificação sem comprometer o equilíbrio das contas públicas municipais ou as demais obrigações constitucionais da pasta da Saúde.

Declaro, por fim, que a criação desta despesa obrigatória de caráter continuado observa os requisitos do artigo 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, estando demonstrada a origem dos recursos para o seu custeio, os quais possuem vinculação específica para o aprimoramento das ações de vigilância em saúde.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração para que surta seus efeitos legais e jurídicos.

Muriaé, 09 de dezembro de 2025.

LUIZA AGOSTINI DE ANDRADE

Secretária Municipal de Saúde